



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DE ENERGIA E ÁGUAS

**PROJECTO DE FORTALECIMENTO DO
SECTOR DE ENERGIA (PFSE)**

**PREPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS
AMBIENTAIS E SOCIAIS NO ÂMBITO DO
PROJECTO (PFSE)**

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES
INTERESSADAS (PEPI)**

Versão revista





Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

REGISTO DE ALTERAÇÕES:			
N.º Revisão	Data	Autor	Descrição
0	25/11/2019	AP	
1	30/01/2020	AP	Foram introduzidas contribuições do BM através do Técnico Santiago
2	10/05/2020	AP	Introdução dos comentários da Equipa do Banco re-enviados a 6 de Maio
3	12/06/2020	AP	Introdução das directrizes de consulta em situação pandémica
4	12/06/2020	AP	Anexo de relatório da consulta das partes interessadas e relatório da consulta pública
5	09/07/2020	BM	Nova versão revista pelo BM



Abreviaturas e siglas

AAS	Avaliação Ambiental e Social
AASE	Avaliação Ambiental estratégica
AIA	Avaliação Impacto Ambiental
AR	Avaliação de Risco
AT	Assistência Técnica
ATR	Autoridades tradicionais
BPII	Boa Prática Internacional na Indústria
BPIS	Boas Práticas Internacionais do Sector
BT	Baixa Tensão
CLPI	Consentimento livre, prévio e informado
DASS	Directrizes de meio ambiente, saúde e segurança do Banco Mundial
DDC	Desenvolvimento direccionado a Comunidade
ENDE	Empresa pública nacional responsável pela distribuição de energia
EPC	Equipamento de Protecção Colectiva
EPI	Equipamento de Protecção Individual
FPIC	Introdução de Consentimento Livre, Prévio e Informado para os Povos Indígenas
GEPE	Gabinete de estudos planeamento e estatística do MINEA
GIP	Gestão integrada de pragas
GIV	Gestão integrada de vectores
GoA	Governo de Angola
GR	Gestão de resíduos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAD	Instituto Nacional de Desminagem
LTs	Linhas de Transmissão
MAPTSS	Ministério da administração Pública, Trabalho e Segurança Social



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

MASFAMU	Ministério de Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MINCULT	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente
MINEA	Ministério de Energia e Águas
MT	Média Tensão
Mutuário	Beneficiário do financiamento que é o (MINEA) que delega poderes PRODEL, RNT e ENDE, através de uma Unidade de Coordenação de Projecto
NAS	Norma ambiental e social
NEAP	Plano de Acção Nacional de Electrificação
OMA	Organização da Mulher Angolana
ONG	Organização não-governamental
PB	Procedimento do banco
PCAS	Plano de compromissos ambientais e sociais
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGP	Plano de Gestão de Pragmas
PO	Política operacional
PRE	Plano de resposta a emergências
PRODEL	Empresa pública nacional responsável pela produção de energia
Projecto (PFSE)	Projecto de Fortalecimento do Sector eléctrico
QGAS	Quadro de gestão ambiental e social
RNT	Empresa pública nacional responsável pelo transporte
RPP	Plano de protecção de receita
SGAS	Sistema de gestão ambiental e social
SRQ	Serviço de resolução de queixas
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional



Glossário

Projecto – actividades para as quais o MINEA procura apoio ao banco por meio de financiamento de projectos de investimentos e como definido no contrato legal do projecto entre o MINEA e o Banco.

Funções centrais – são processos de produção e/ou serviços essenciais para a actividade específica do projecto, sem as quais o projecto não pode ser implementado.

Fornecedores primários – são aqueles que fornecem, de maneira contínua e directa, bens, serviços e materiais essenciais para as funções centrais do projecto.

Trabalhadores directos do projecto – referem-se a indivíduos empregados ou contratados directamente pelo MINEA (incluindo o proponente do projecto e os órgãos de execução do projecto) para trabalhar especificamente em relação ao projecto. Podem ser a tempo inteiro, sazonais e migrantes (trabalhadores que migram de um país para outro ou de uma região para outra para fins de procura de emprego).

Trabalhadores contratados do projecto – são indivíduos empregados ou contratados por intermédio de terceiros para realizar trabalhos relacionados com as funções centrais do projecto, independentemente do local. Podem ser a tempo inteiro, sazonais e migrantes (trabalhadores que migram de um país para outro ou de uma região para outra para fins de procura de emprego).

Trabalhadores de fornecimento primário – são indivíduos empregados ou contratados pelos fornecedores primários do projecto. Podem ser a tempo inteiro, sazonais e migrantes (trabalhadores que migram de um país para outro ou de uma região para outra para fins de procura de emprego).

Trabalhadores comunitários – são os indivíduos empregados ou envolvidos no trabalho comunitário. Podem ser a tempo inteiro, sazonais e migrantes (trabalhadores que migram de um país para outro ou de uma região para outra para fins de procura de emprego).

Aquisição de terras – refere-se a todos os métodos de obtenção de terras para fins do projecto, que pode incluir a compra sem restrições, a desapropriação da propriedade e aquisição dos directos de acesso como servidões e direitos de passagem.

Desocupação forçada – é definida com a remoção permanente ou temporária, contra a vontade dos indivíduos e /ou famílias sem provisão de acessos a meios jurídicos apropriados ou outro tipo de protecção. No exercício da expropriação, aquisição obrigatória ou poderes similares por parte do MINEA, não será considerada desocupação forçada desde que se cumpram os requisitos da legislação nacional e da NAS 05.

Restrição do uso de terra – refere-se a limitações ou proibições de usos de terras agrícolas, residenciais, comerciais ou outras que sejam directamente introduzidas e postas em prática como parte da implementação do projecto. Podem incluir restrições de acesso a parques e áreas legalmente identificadas como protegidas, restrições de acesso a outros recursos de propriedade comum, restrições de uso de terras em zonas de servidão e segurança.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Reassentamento involuntário – a aquisição de terras relacionadas como projecto ou restrições ao uso de terras podem provocar o desalojamento físico ou perda de bens e / actividades económicas, de modo temporário ou permanente

Biodiversidade – variedade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas aquáticos, terrestres, marinhos, complexos ecológicos dos quais fazem parte, inclui a diversidade dentro das espécies, entre as espécies e nos ecossistemas.

Habitat – é definido como uma unidade geográfica terrestre, de água doce ou marinha ou um ambiente aeroterrestre que sustenta um conjunto de organismos vivos e as suas interacções com o ambiente não vivo. É considerado habitat crítico como sendo áreas de alto valor ou importância na biodiversidade. O habitat modificado são áreas que podem conter grande proporção de plantas e/ou espécies animais de origem não nativa, e/ou a actividade humana tenha modificado substancialmente as funções ecológicas primárias e a composição da espécie de uma determinada área.

Património cultural – é definido como recursos que os indivíduos identificam como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições em constante evolução.

Capacidade de assimilação – refere-se a capacidade do ambiente de absorver uma carga incremental de poluentes que permaneçam abaixo do limiar de riscos aceitáveis para a saúde humana e o ambiente.

Conexão colectiva – significa que existem presença física de laços económicos com a terra há várias gerações, em territórios tradicionalmente possuídos ou ocupados pelo grupo em causa, incluindo área de significado cultural, e ou património religioso ou sagrado.

Custo de reposição – é um método de avaliação que oferece indemnização suficiente para substituir os activos perdidos pelo projecto, e acrescido dos custos de transição necessários associados a esta reposição.

Descoberta casual – é um achado de um material arqueológico, que deverá ser seguido de um procedimento específico no âmbito de património cultural.

Partes interessadas afectadas - são indivíduos afectados ou susceptíveis de serem afectados directamente pelo projecto. Muitas vezes são afectados pelo projecto na fase de construção mas não são beneficiados pelo projecto.

Outras partes interessadas – são indivíduos que podem ter interesse quer numa fase do projecto quer no projecto como um todo.

Grupos vulneráveis – referem-se a indivíduos que podem ser propensos a ser negativamente afectados pelos impactos do projecto, ou ainda são mais limitados na sua capacidade de aproveitar os benefícios do projecto. Podem ainda dar-se o caso de terem mais possibilidade de serem excluídos /incapaz de participar plenamente no processo principal de consulta, e consequentemente podem requerer medidas específicas de assistência. Muitas das limitações prendem-se com a idade, analfabetismo, ou por questões de exclusão social.

Faixa de servidão ou perímetro de segurança – é a parte de terreno devidamente identificado e sinalizado, com utilização limitada após as obras, por questões de segurança. A largura da faixa de servidão é de 60 m, atendendo aos critérios estabelecidos nas normas internacionais, o



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

que equivale à largura necessária para atender valores máximos aceitáveis de campo magnético, radio interferência e ruído acústico.

Boa Prática Internacional na Indústria (BPII) – é definida como o exercício de habilidade profissional, diligência e visão que seria razoavelmente esperada de profissionais qualificados e experientes envolvidos no mesmo tipo de empreendimento sob circunstâncias iguais ou semelhantes, de âmbito global ou regional. O resultado de tal exercício deve ser que o projecto empregue tecnologias mais apropriadas em determinadas circunstâncias específicas

Atendendo a que os impactos e riscos ambientais e sociais têm efeitos diferentes, dependendo do meio sobre qual actuam e da forma como acontece, define-se como **área de influência directa (AID)** aquela em que a actuação é directa e actuam de forma intensa, e **área de influência indirecta (AII)** aquela em que os impactos actuam de forma indirecta e actuam de forma menos intensa.



Índice de Conteúdos

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Localização	11
1.2. Beneficiários	12
1.3. Componentes do projecto.....	13
2. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	16
2.1. Consultas realizadas em Fevereiro de 2020	16
2.2. Consultas realizadas em Maio/Junho de 2020	19
3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	21
3.1. Partes Interessadas.....	22
3.1.1. Partes Interessadas Institucionais	22
3.1.2. Governo Local.....	23
3.1.3. Organizações Não-Governamentais	23
3.1.4. Empresas Privadas.....	23
3.1.5. Unidade de Coordenação do Projecto	23
3.2. Partes Afectadas	23
3.2.1. Comunidades.....	23
3.2.2. Empreiteiros	24
3.3. Grupos ou indivíduos vulneráveis.....	24
3.4. Necessidades das Partes Interessadas do Projecto	24
4. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	26
4.1. Metodologia para potencializar o envolvimento das partes interessadas	26
4.2. Instrumentos de informação e divulgação.....	27
4.3. Formato da informação e método de divulgação	28
4.3.1. Comunicação Escrita e Visual.....	28
4.3.2. Comunicação social.....	28
4.3.3. Outros.....	29
4.4. Estratégia proposta para consulta	29
4.5. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis	30
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR AS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INETRESSADAS.....	31
5.1. Gestão de funções e responsabilidades	32



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (MRR).....	33
7. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS	41
7.1. Reportando de volta às partes interessadas	41
8. ANEXOS.....	42
Anexo 1 - Stakeholders Institucionais Identificados	42
Anexo 2 – Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)	44
Anexo 3 – Análise Resumo dos Contributos Recebidos	47

Índice de Tabelas

TABELA 1 - COMPONENTES E SUB-COMPONENTES DO PROJECTO.....	13
TABELA 2 - ELEMENTOS DA CONSULTA DAS PARTES INTERESSADAS REALIZADA NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO	16
TABELA 3 - RESULTADOS DA PRIMEIRA CONSULTA PÚBLICA SOBRE OS MECANISMOS PARA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO E QUEIXAS, RECOLHIDOS DURANTE A PRIMEIRA CONSULTA PÚBLICA	19
TABELA 4 - GRUPOS DE <i>STAKEHOLDERS</i> A SEREM CONSULTADOS	21
TABELA 5 - NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS	25
TABELA 6 - ESTRATÉGIA PARA CONSULTA DAS PARTES INTERESSADAS	29
TABELA 7 - ORÇAMENTO ANUAL ESTIMADO DO PEPI.	31
TABELA 8 - EQUIPA DE GESTÃO DO PEPI.....	33



1. INTRODUÇÃO

O Governo de Angola (GoA), no âmbito do novo modelo do Executivo, pretende um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, visando um crescimento económico mais diversificado, de modo a proteger os mais pobres e vulneráveis, que passa pela diversificação da economia em sectores para além dos recursos petrolíferos.

Este Projecto de Fortalecimento do Sector da Energia (PFSE) vem de encontro aos objectivos do GoA, uma vez que irá criar infra-estruturas para uma diversificação da economia, para além de fortalecer a contribuir para o bem-estar das famílias e criação de emprego, em áreas seleccionadas.

As agências implementadoras deste projecto são o Ministério o Ministério de Energia e Águas, que delega através de uma Unidade de Coordenação de Projectos, na Prodel, RNT e ENDE. O custo total do projecto é estimado em US \$ 400 milhões e a instituição mutuária é o Ministério das Finanças.

A preparação do PFSE teve por base as medidas e acções no âmbito do novo Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, nomeadamente as Normas Ambientais e Sociais (NAS). Numa avaliação preliminar do projecto, por se considerar que este possa suscitar impactos ambientais e sociais, foram accionadas NAS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10, e preparados planos ambientais e sociais como medida de mitigação e gestão de riscos, nomeadamente o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Na preparação do PEPI, previu-se um modelo e cronograma de consulta, com caracter evolutivo e adaptado a cada grupo, com o principal objectivo de as partes sejam adequadamente consultadas de forma a garantir que suas opiniões e preocupações sejam integradas e abordadas pelo Projecto. Foi ainda incluído um mecanismo de reparação de reclamações (MRR) para as partes interessadas e para os colaboradores directos do projecto, bem como um código de conduta a seà integrado quer na contratação de mão-de-obra quer na contratação de serviços.

Comentários referentes ao PEPI ou sobre o Projecto podem ser encaminhados a:

Coordenação Socio Ambiental projecto:
socioambiental.pfse@gmail.com

GEPE/MINEA
www.minea.gv.ao
Edifício da Edel, Avenida Cónego Manuel das
Neves, n°234, São Paulo, Sambizanga, Luanda
Telefone: + 244 222 430 211
Fax: + 244 222 430 107
Email: minea@minea.gv.ao



2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Este Projecto designado por Fortalecimento do Sector da Energia (PFSE), é um co-financiamento entre o Banco Mundial (BM) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ao Governo de Angola (GoA), cuja agência implementadora é o Ministério de Energia e Águas (MINEA).

O principal objectivo de desenvolvimento do projecto é melhorar o desempenho operacional e comercial das empresas de electricidade e aumentar o acesso e a fiabilidade do serviço de distribuição de electricidade em cidades seleccionadas de Angola. Embora o aumento do acesso à electricidade nas áreas seleccionadas seja um resultado fundamental, a melhoria do desempenho operacional e comercial das empresas de electricidade (ENDE, PRODEL e RNT) traduz-se na sustentabilidade das empresas e no fornecimento de um serviço que aumentar a confiança dos consumidores terá repercussões no aumento das receitas. O apoio ao processo de reforma dos serviços públicos contribuirá para aumentar a viabilidade financeira e operacional do sector da electricidade no seu conjunto, melhorar o clima de investimento para o sector privado e permitir progressos no sentido dos objectivos de desenvolvimento do sector estabelecidos pelo Governo de Angola.

Os principais indicadores de desenvolvimento deste projecto são a redução de perdas (%), a redução dos períodos de interrupções (horas/ano) e o número de clientes que podem dispor do serviço.

1.1. Localização

O âmbito geográfico do projecto resume-se a:

- Reabilitação, expansão da rede de distribuição e electrificação em Luanda;
- Reabilitação, expansão da rede de distribuição e electrificação em Benguela;
- Reabilitação, expansão da rede de distribuição e electrificação no Lubango;
- Expansão da rede de distribuição e electrificação no Huambo.

O mapa abaixo, permite a identificação da localização geográfica.



Figura 1 - Mapa de localização geográfica. A azul as cidades com reabilitação e expansão da rede, a laranja apenas expansão. O caso do Bié (Kuito) apenas está assinalado devido a reabilitação da sub estação do Kuito.

1.2. Beneficiários

Os beneficiários directos do projecto incluem todos os clientes e potenciais clientes existentes nas áreas de abrangência do projecto, que beneficiarão de um maior acesso e maior fiabilidade do serviço de electricidade. O projecto afectará os clientes existentes ligados à rede, pelo reforço da rede que se traduz na fiabilidade do serviço, e permitirá a ligação a novos consumidores quer domésticos, comerciais e industriais.

As novas ligações permitirão um desenvolvimento de infra estruturas que terá implicações no desenvolvimento socioeconómico e na melhoria de vida das populações afectadas.

Um fornecimento de electricidade alargado e mais fiável estimulará também as actividades geradoras de rendimentos e de emprego.

A sociedade angolana, no seu conjunto, beneficiará de efeitos económicos e sociais, que se estenderão por várias gerações, uma vez que o sector se encontra numa base mais sustentável, contribuindo para a consolidação fiscal a nível nacional.



1.3. Componentes do projecto

O Projecto será composto por quatro componentes, conforme quadro resumo:

Tabela 1 - Componentes e sub-componentes do projecto

Componente 1: Aumento do acesso à electricidade e de receitas (US\$250 milhões)
<p>1.1 Reabilitação e expansão da rede de distribuição (US\$243 milhões). As províncias seleccionadas constituem áreas prioritárias para a expansão da electrificação. Espera-se que o Projecto proporcione 196.500 novas ligações em Luanda, Benguela, Huíla e Huambo. A rede de distribuição, especialmente em Luanda, Benguela e Huila, terá de ser reforçada através da substituição de transformadores antigos ou de baixa capacidade e da reabilitação de linhas. As linhas e cabos serão instalados no direito de passagem existente, a fim de minimizar os impactes ambientais e sociais associados a estas intervenções. Espera-se que sejam instaladas 93.857 luzes públicas nas quatro províncias. A ENDE contratará empreiteiros de Engenharia, Aprovisionamento e Construção (EPC) para executar os trabalhos, bem como um Engenheiro de Supervisão para acompanhar o progresso da construção durante a execução do projecto. Note-se que as actividades de reabilitação contribuem directamente para a redução das perdas técnicas do sistema, trazendo assim co-benefícios para a mitigação das alterações climáticas.</p>
<p>1.2 Programa de protecção de receitas (US\$7 milhões). Apoiará a implementação de um programa de protecção de receitas (PPR) com o objectivo de eliminar as perdas não técnicas (consumo não contado) dos 15.000 clientes de "elevado valor" da ENDE, incluindo clientes industriais e comerciais fornecidos em alta ou média tensão (AT ou MT) e os maiores clientes fornecidos em baixa tensão (BT). Embora representem apenas 3% da base total de clientes, estes clientes representam 56% do consumo total de electricidade actualmente facturado. Assim, o desempenho comercial da ENDE pode melhorar de um dia para o outro através do acompanhamento correcto do consumo e da facturação e cobrança sistemática das receitas deste segmento. Este objectivo será alcançado através deste sistema: (i) instalação/relocação de infra-estruturas de medição avançadas (AMI), tais como contadores, caixas de contadores e modems para comunicação à distância e substituição de transformadores de medição nas instalações do cliente; (ii) estabelecimento de um Centro de Controlo de Contadores (CCM) como uma nova unidade organizacional dentro do Departamento Comercial da ENDE, dotada de pessoal qualificado; e (iii) incorporação de um pacote de software de gestão de dados de contadores (MDM) de última geração e formação dos seus operadores. Para além de melhorar os resultados financeiros da ENDE, à medida que o consumo é racionalizado, terá de ser produzida menos energia. Isto irá poupar custos e reduzir a pegada de carbono da produção de energia.</p> <p>As vendas de electricidade irão aumentar e, à medida que o consumo for racionalizado, será necessário produzir menos energia. Ambos os efeitos irão contribuir para melhorar significativamente o desempenho financeiro da ENDE. O RPP permitirá também a definição do perfil de carga dos consumidores de electricidade, o que constitui um contributo fundamental para melhorar tanto a qualidade do serviço (são imediatamente detectadas interrupções e outros problemas no fornecimento) como a precisão da previsão da carga para efeitos de planeamento.</p>
Componente 2: Melhoria dos serviços de electricidade (US\$115 milhões)
<p>2(a) - Criação do Centro Nacional de Controlo, que proporcionará capacidades de monitorização e controlo e melhorará consideravelmente as funções de expedição da RNT. Note-se que o CNC ajudará a integrar melhor as energias renováveis na rede no futuro, com os co-benefícios da mitigação do clima associados.</p>



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

<p>2(b) - Expansão, normalização e modernização da rede de telecomunicações da RNT, através da instalação de equipamentos de telecomunicações, incluindo unidades terminais remotas (UTR), em subestações prioritárias e onde seja necessário efectuar a segmentação da rede para permitir à RNT um melhor acompanhamento e gestão da rede, em alinhamento com as práticas internacionais em matéria de sistemas de telecomunicações. Estas soluções permitirão maior funcionalidade e segurança a nível das subestações e dotando a RNT de um melhor acompanhamento e gestão da rede, em alinhamento com as práticas internacionais em matéria de sistemas de telecomunicações. Serão activadas funções de controlo remoto, o que agilizará a resposta a falhas e melhorará a fiabilidade global do sistema.</p>
<p>2(c) - <i>Reforço e reabilitação das subestações.</i> A reabilitação da Subestação de Cuito localizada na província de Bié permitirá assegurar um fornecimento fiável de electricidade, tendo em conta a expansão da electrificação prevista na província. Os investimentos incluirão a reabilitação/modernização das instalações eléctricas e a substituição dos transformadores de 20MVA existentes por unidades de 60MVA. A subestação de Quileva, localizada na província de Benguela, é também um local prioritário para reabilitação, uma vez que se espera que faça parte do corredor de transmissão de alta tensão Centro-Sul. Os transformadores 150/60/30kV existentes serão substituídos por unidades de 220/60kV, em conformidade com as novas normas angolanas. Os activos de distribuição (como os equipamentos de 60 e 30kV) serão separados dos activos da RNT de forma a garantir à ENDE plena responsabilidade pelo seu funcionamento. Note-se que esta actividade contribui para a redução das perdas técnicas do sistema, trazendo assim co-benefícios para a mitigação do clima.</p>
<p>2(d) - Instalação de ferramentas de gestão e controlo da produção hidrotérmica de modo a reforçar a capacidade de expedição económica da RNT.</p>
<p>2(e) - Aquisição e instalação de software e ferramentas para gestão de projectos, estudos de planeamento de sistemas, estudos operacionais e manutenção de activos. Estes incluem ferramentas e aplicações de apoio à gestão de projectos, registo de activos e gestão da manutenção ("Portal RNT" e "Sharepoint"). O software Plexos apoiará os estudos e análises de planeamento do sistema. O software PSS/E permitirá apoiar a operação fiável da rede de transmissão.</p>
<p>2(f) – Aquisição e instalação de um sistema integrado de planeamento de recursos empresariais (ERP), que se destina a fornecer suporte <i>end-to-end</i> aos processos empresariais da RNT, com base em quatro componentes principais: (i) Processos Financeiros Empresariais, Procurement e Recursos Humanos; (ii) Gestão Comercial; (iii) Gestão de Activos e Manutenção; e (iv) Relatórios e Informação de Gestão.</p>
<p>2(g) - Formação e capacitação de técnicos. A formação técnica será ministrada: (i) operações do sistema; (ii) planeamento do sistema; (iii) gestão da manutenção; (iv) engenharia e gestão de projectos; e (v) sistemas de informação.</p>
<p>Componente 3: Melhoria da capacidade de planeamento, operação e manutenção dos serviços públicos e de gestão dos projectos (US\$37 milhões)</p>
<p>3.1 Melhoria da capacidade da PRODEL e reforço da gestão sustentável das centrais de produção (US\$28 milhões)</p> <p>3.1.1 <i>Melhoria da gestão e da capacidade técnica da empresa</i> - Melhoria da capacidade técnica e gestão empresarial da PRODEL, através de uma combinação de serviços de consultoria, formação e fornecimento de software para melhorar a cultura e eficiência empresarial da PRODEL. Um consultor empresarial será mobilizado para fazer um levantamento dos procedimentos corporativos existentes e identificar áreas para melhorias e medidas para harmonizar os procedimentos operacionais e de gestão, incluindo através da utilização e personalização do software corporativo. Isto inclui módulos ERP adequados (especialmente nas áreas de finanças, recursos humanos, <i>procurement</i> & logística e gestão comercial), que serão desenvolvidos e implementados, acompanhados de uma extensa formação aos colaboradores. Além disso, em coordenação com o consultor técnico mobilizado no âmbito do sub-componente 3.1.2, a PRODEL será auxiliada: (i) identificar prioridades em termos de capacitação e programas de formação (incluindo formação de formadores e parcerias com instituições internacionais especializadas); (ii) reforçar a gestão do conhecimento empresarial (conteúdos, práticas e plataformas); e (iii) reforçar o departamento de engenharia através de reestruturações e capacitação. O centro de formação da Hidroeléctrica de Laúca será também reforçado e a sua capacidade será alargada para abranger as energias renováveis, como a solar e a eólica, esperando mais produção a partir de fontes de energia limpa.</p>



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

3.1.2 - Reforço da monitorização, funcionamento e manutenção das centrais de produção. Será mobilizado um consultor técnico consultivo para identificar e implementar os três principais conjuntos de actividades seguintes:

(i) O reforço da segurança das barragens e da monitorização hidrometeorológica. O projecto financiará o fornecimento e instalação de software e equipamento para recolha, tratamento e interpretação de dados de segurança de barragens e de dados hidrometeorológicos. O reforço da capacidade interna será igualmente implementado para complementar a segurança das barragens e as actividades hidrometeorológicas incluídas no Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água financiado pelo Banco (PDISA 2) a nível nacional.

(ii) Reforço da Operação e Manutenção (O&M). Com base numa revisão das práticas de O&M existentes, o consultor técnico de consultoria fornecerá recomendações de melhorias e será mobilizado um software de gestão de activos de O&M para assegurar uma programação óptima dos planos de manutenção e orçamentos conexos, a identificação/implementação de revisões importantes e um planeamento e gestão óptimos das peças sobressalentes.

(iii) Desenvolvimento de um Centro de Monitorização de Geração e de uma plataforma de dados, que recolherá em tempo real e dados de geração consolidados necessários à PRODEL para gerir e monitorizar eficientemente os seus activos de produção.

3.2 - Optimização da medição nos pontos de fronteira (venda/compra) entre serviços públicos (US\$9 milhões). Fornecimento e instalação de infra-estruturas de contadores pre-pagos de forma a permitir à PRODEL e à RNT controlar os fluxos de energia provenientes das transacções entre as três empresas de serviços públicos, compra a geradores independentes, bem como vendas a consumidores fornecidos em média e alta tensão. Esta infra-estrutura será constituída por unidades de contagem do tipo "smart-meter", capazes de armazenar períodos de integração previamente configurados. A sua concepção e instalação serão coordenadas entre as três empresas de serviços públicos para garantir a partilha simultânea de:

- Dados medidos a ambas as partes interessadas;
- Dos alarmes e registos relacionados com o acesso físico aos activos (para fins de transparência e controlo).

Componente 4: Reforço da capacidade de gestão de projectos (US\$15 milhões)

Esta componente financiará os custos da Unidade de Coordenação de Projectos (UCP) a criar no âmbito do MINEA, bem como a especialização/apoio adicional a fornecer às três empresas de electricidade ao longo da execução do projecto, incluindo serviços de consultoria à ENDE, RNT e PRODEL para a preparação de documentos de concurso, processos de aquisição e supervisão de obras



2. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

2.1. Consultas realizadas em Fevereiro de 2020

Na fase de preparação do projecto foi efectuada uma primeira consulta das partes interessadas (no dia 19 de Fevereiro de 2020), tendo sido convidados a comparecer os organismos, instituições e comunidade constantes na Tabela 2. As partes interessadas foram convocadas por carta. Todas compareceram, à excepção da OMA.

Tabela 2 - Elementos da consulta das partes interessadas realizada na fase de preparação do projecto

Convidados	Meios de comunicação para a convocatória	Meios de comunicação específicos usados na consulta
MINEA, MINFIN, MINCULT, ENDE, RNT, PRODEL, IRSEA, INAD, OMA, MASFAMU	Carta	Apresentação em formato de workshop
Comunidade dos Ramiros (bairro peri urbano de Luanda)	Recorrendo a morador a quem foi explicado previamente os objectivos da consulta e os representantes da comunidade a convocar	Linguagem em português e recorrendo a apresentação por meios de grafismos

Ministério da Energia e Águas (MINEA), Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINCULT), Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT), Empresa Pública de produção de Electricidade (PRODEL), Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água (IRSEA), Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e Organização da Mulher Angolana (OMA).

Como representantes da comunidade de um bairro peri urbano (Ramiros - Luanda) estiveram presentes mulheres de diferentes faixas etárias (idosa, idade laboral, estudante e pequenas empresárias), representantes de alguma confissão religiosa, representantes da OMA do Bairro, representante do Soba do Bairro e da Administração do Bairro.

Esta realizou-se em Luanda, nas instalações do MINEA, cujo relatório e lista de participações de anexa.

A consulta pública subdividiu-se em duas partes:

- Na primeira parte, foi efectuada uma breve descrição do projecto e dos mecanismos a que o mesmo está obrigado dando cumprimento quer ao quadro legal nacional quer ao Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial. Deu-se igualmente uma explicação sobre as fases de preparação e implementação, do projecto das premissas do acordo de financiamento, dos principais riscos e impactos que estiveram na base de avaliação ambiental e social considerada de risco substancial, e dos procedimentos que foram desenvolvidos para minimizar ou pelo menos mitigar estes riscos. Fez-se, igualmente, uma breve abordagem ao Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, e às Normas ambientais e sociais que foram accionadas para este projecto, tendo como resultados a preparação dos instrumentos ambientais e sociais.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

NAS 01	Outputs
	Quadro de gestão ambiental e social QGAS
	Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS)
	Plano de gestão das empresas contratadas (PGEC)
NAS 02	Plano de Segurança e Saúde Ocupacional (PSSO)
	Mecanismo de reclamação e queixas para os trabalhadores
	Plano de Gestão de Pessoal (PGP)
NAS 03	Plano de Gestão Ambiental (PGA) incorporados no QGAS
NAS 04	Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual/Assédio Sexual (PA AES/AS)
	Código de condutas para trabalhadores directos e indirectos (incluindo fornecedores e sub empreiteiros).
	Plano de Saúde e Segurança para as comunidades Mecanismo de resolução de reclamações e queixas
NAS 05	Quadro de Reassentamento (QR) e Plano de Acção de Reassentamento (PAR)
NAS 06	QGAS no anexo 14 – Estrutura para o desenvolvimento de um Plano de Gestão de Biodiversidade (PGB)
NAS 07	Embora tenha sido considerada não relevante, no QGAS no anexo 15 – Foi elaborado uma Estrutura para o desenvolvimento de um plano de gestão de risco de povos indígenas e grupos vulneráveis, Biodiversidade (PGB)
NAS 08	Embora tenha sido considerada não relevante, no QGAS no anexo 16 – Foi desenvolvido uma Estrutura para o desenvolvimento de um Plano de Gestão de Património Cultural, para o caso de ser necessário aplicar quando houver mais informações sobre a implementação do projecto.
NAS 09	Não aplicável
NAS 10	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- Numa segunda parte, procedeu-se a uma apresentação do projecto e dos respectivos documentos, recorrendo a uma linguagem mais simples e a imagens. Foi efectuada uma interacção com a comunidade e demais representantes, dando especial ênfase os mecanismos de recolha de reclamações e sugestões.

Foram apresentados alguns temas para auscultação, bem como alguns mecanismos de reclamação. Os representantes dos organismos e instituições bem como da comunidade foram votando nos meios de reclamação apresentados e sugerindo outros.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Os temas seleccionados para auscultação:

A – Abusos sexuais

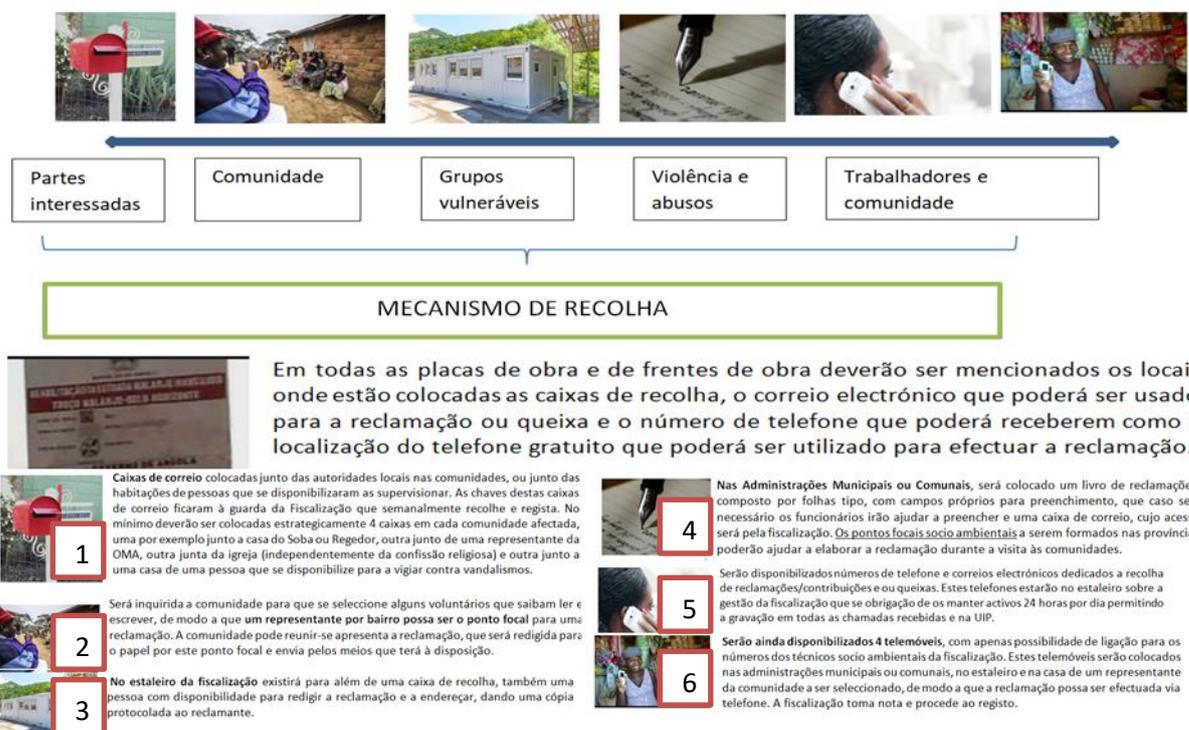
B – Perdas de bens de cultivo ou outros, quer de caracter temporário ou permanente

C – Discriminação laboral

D – Trabalho infantil

E – Discriminação no pagamento das compensações a grupos mais vulneráveis, famílias lideradas por mulheres, idosos, analfabetos e monoparentais

O mecanismo de apresentação de reclamações apresentado, resume-se no seguinte esquema:



Na consulta através da reunião, houve uma folha de registos de presenças e contactos, e os participantes foram motivados a apresentarem os seus contributos principalmente sobre o mecanismo de queixas e resolução de reclamações, sobre o plano de gestão de mão-de-obra e empresas contratadas, principalmente no que toca aos procedimentos propostos para incentivar o empreiteiro na contratação da mão-de-obra local. Também em relação aos procedimentos para evitar discriminações quer de género quer de grupos vulneráveis, e violência.

Como resultado da auscultação aos representantes das partes interessadas e afectadas pela implementação do projecto, obteve-se:



Tabela 3 - Resultados da primeira consulta pública sobre os mecanismos para apresentação de reclamação e queixas, recolhidos durante a primeira consulta pública

Meios	Número de pessoas que concorda
1 – Caixas de correio colocadas junto das autoridades locais	10%
2 – Representante por bairro para ser o ponto focal	20%
3 – Estaleiro da fiscalização com caixa de recolha e uma pessoa disponível para apoiar a redacção da queixa	10%
4 – Livro de reclamações nas Administrações Municipais e Comunais	5%
5 – Disponibilizados números de telefone e email dedicados à recolha de reclamações/contribuições e/ou queixas	20%
6 – Disponibilizados telemóveis com possibilidade de ligação apenas para os números dos técnicos socioambientais da fiscalização. Dispositivos colocados nas administrações municipais ou comunais, estaleiro e representante da comunidade	20%
Queixa nas autoridades policiais, sugeridas	15%

Durante esta consulta pública, os seguintes aspectos e preocupações foram identificados pelos participantes:

- ✓ Papel do MAPTSS e a reclamação ser efectuada directamente;
- ✓ Os contratos de trabalho devem ser efectuados a todos os trabalhadores e legalizados. As empresas optam por apólices de grupo uma vez que ao contratarem mão-de-obra local, muitas vezes a duração do trabalho é inferior ao processo de contratação de um seguro individual, ficando o trabalhador prejudicado;
- ✓ Necessidade de uma inspecção médica antes de cada trabalhador iniciar a sua tarefa, de modo a que o médico ateste que este trabalhador dispõe de capacidades físicas, motoras e mentais para desempenhar a tarefa para a qual está a ser contratado;
- ✓ O INAD aconselhou que antes das obras iniciarem fossem todas as zonas verificadas

2.2.Consultas realizadas em Maio/Junho de 2020

A consulta pública *on-line* teve início no dia 29 de Maio de 2020 e decorreu por um período de 20 dias. O âmbito da consulta pública foram as versões draft dos documentos socio ambientais preparados para o projecto, de acordo com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, nomeadamente: Quadro de Gestão Ambiental e Social; Plano de Envovimento das Partes Interessadas (este documento), Plano de Gestão de Mão de Obra, Quadro de Política de Reassentamento e a Avaliação de Risco de Violência de Género.

No âmbito das medidas de prevenção e decorrentes do estado de emergência, motivadas pela actual pandemia, a consulta pública decorreu em formato *on-line*, atendendo às directrizes da



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

do BM, nomeadamente *INTERIM GUIDANCE ON COVID-19* de 7 de Abril de 2020. Os seguintes meios de divulgação foram utilizados:

- ✓ Publicação do anúncio, durante 3 dias consecutivos no Jornal de Angola;
- ✓ Publicação como Nota de Imprensa através dos meios de comunicação social do MINEA, nomeadamente Agência Lusa, Televisão Pública de Angola (telejornal com tradução nos idiomas locais), rádios locais, redes sociais do MINEA, e usando uma base de dados de entidades, instituições, empresas privadas. Nestes casos, foi enviado um email com o resumo do projecto e a solicitar contributos;
- ✓ Foi ainda disponibilizado um resumo do projecto, para uma facilitar a leitura e consulta, bem como uma ficha de inquérito com perguntas e respostas dirigidas, e zonas de preenchimento livre;
- ✓ Para atender às necessidades das comunidades mais desfavorecidas, que possam estar privadas do acesso a estes meios de divulgação, foram afixados cartazes nas 4 cidades, em locais de grande fluxo e disponibilizadas fichas de inquérito com perguntas dirigidas.

No Anexo 3, pode encontrar-se um resumo dos contributos recebidos.

Após análise de todos os contributos recebidos, os seguintes foram **considerados relevantes**:

- ✓ Sobre o projecto – foi sugerido que a abrangência do projecto fosse aumentada, podendo no futuro incluir mais províncias;
- ✓ Sobre o QGAS – foi referido que porderá haver alguma dificuldade na aplicação efectiva da legislação Angolana, e por isso a importância da implementação das directrizes do BM. Importância sobre a necessidade de controlo de poluição e preservação da paisagem visando os objectivos do GoA no desenvolvimento do sector de turismo; necessidade de controlo de poluição dos meios hídricos e solos; necessidade de medidas de protecção ambiental visando a preservação dos ecossistemas e prevenindo a extinção de espécies quer da fauna quer da flora.
- ✓ Sobre o PEPI e o MRR – Os comentários incidiram sobre a necessidade de encontrar mecanismos que incluam todas as partes, abordando a necessidade de isto se fazer com liberdade de expressão sem qualquer pressão social na manifestação das opiniões. Como medida suplementar do MRR foi ainda sugerida a criação de comités de auscultações comunitárias, de modo a facilitar e incentivar quer a participação nas consultas quer no MRR.
- ✓ Sobre o PGM – necessidade da presença do INAD (Instituto Nacional de Desminagem) de forma a sensibilizar os trabalhadores e comunidades principalmente nas Províncias de Benguela e do Huambo, sobre os riscos associados; a necessidade de implementação e monitorização do PSS visando a não discriminação laboral, o trabalho infantil, e exploração de pessoas mais vulneráveis. Quanto ao código de conduta a aceitação foi geral destacando-se um comentário para a necessidade de accionar mecanismos de contratação isenta de relações familiares e parentescos e favoritismos.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- ✓ Sobre o QPR – os comentários foram geralmente para a necessidade de protecção de grupos mais vulneráveis, destacando-se comunidades rurais, mulheres e idosos que muitas vezes são afectados pelo projecto e não beneficiados pelo mesmo. Muitas destas pessoas que se fixaram nas terras, sobrevivem de uma agricultura de subsistência e não dispõem de títulos de propriedade. Quanto ao mecanismo e responsabilidades de compensações, caso se venha a verificar a necessidade, as opiniões são divergentes entre as quais: i) o Governo deverá assegurar habitações, através do programa habitacional e das novas centralidades onde muitas habitações se encontram vazias e m estado de degradação avançado; ii) outros consideram que se a responsabilidade do pagamento das compensações for do Governo os projectos vão atrasar e, por fim, iii) existem opiniões que indicam que estas deverão ser suportadas por fundos adicionais ao financiamento, dada a actual situação económica do país.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

As tabelas abaixo identificam as principais partes interessadas e o seu nível de participação e influência no projecto.

Estas tabelas serão atualizadas durante a implementação do Projecto para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída.

Tabela 4 - Grupos de *stakeholders* a serem consultados

As partes interessadas podem afectar ou ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
População e sociedade civil em geral		MINFIN
Beneficiários e não beneficiários na províncias selecionadas		MINEA
Grupos sociais vulneráveis (por exemplo, idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas)	Unidade de Coordenação de Projecto (UCP)	MINCULT
Ministérios envolvidos: Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério da Energia e Águas (MINEA)	Ministério da Energia e Águas, ENDE, PRODEL, RNT, IRSEA, Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINCULT), Ministério da Administração do Território (MAT)	Ministério da Comunicação Social
Governos provinciais, Administrações municipais e comunais, Coordenações de zonas/povoações, Autoridades tradicionais, Comissões de moradores	Administrações municipais, e distritais,	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Ministério da Administração do Território (MAT), Ministério da Indústria e Comércio (MINCO), Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIF)
		Governos provinciais, Administrações municipais e comunais, administrações comunais, Coordenações de zonas/povoações, Autoridades tradicionais, Comissões



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

As partes interessadas podem afectar ou ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<p>e Comissões de zeladores (nos casos em que esses existam)</p> <p>Organizações não-governamentais (ONGs) mais representativas:</p> <p>1.Huambo: ADRA, ALDEIA DE CRIANÇAS SOS, ASSOC DE LUTA CONTRA AS DROGAS, ASSOCIAÇÃO MUENHO, BRIGADA JOVEM DE LITERATURA, DW, FUNDAÇÃO CODESPA, LARDEF, PSI, PEOPLE IN NEED, OKUTIUKA, REDE DE PASSOAS VIVENDO COM DEFICIÊNCIA, VISÃO MUNDIAL</p> <p>2. Benguela: OMUNGA, ADRA, WORLD VISION, JAM, ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS DE CRIADORES DE GADO, ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS DE AGRICULTORES</p> <p>3. Luanda: ADRA, DW, ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS, ASSOCIAÇÃO MÃOS LIVRES, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE ANGOLA (ANDA)</p> <p>(Mais Organizações serão adicionadas quando se souber quais serão os municípios contemplados)</p> <p>4. Lubango/Huila: OCADEC, ACC, ADESPOV, ADRA, WORLD VISION</p> <p>Meios de comunicação</p>		<p>de moradores e Comissões de zeladores (nos casos em que esses</p> <p>Organizações femininas</p> <p>Meios de comunicação social</p> <p>Associações de Comerciantes, Associações industriais e comerciais das províncias alvo, Comunidades Urbanas e peri-urbanas,</p>

3.1.Partes Interessadas

3.1.1. Partes Interessadas Institucionais

As partes interessadas institucionais do projecto representam os organismos institucionais e governamentais que serão envolvidos directamente na implementação do projecto, ou poderão participar na implementação deste.



3.1.2. Governo Local

Os governos provinciais de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo, as Administrações Municipais, Comunais bem como as comissões de moradores, regedores e Autoridades tradicionais, são considerados como partes interessadas, e deverão ser consultadas durante o processo de implementação do projecto.

3.1.3. Organizações Não-Governamentais

A auscultação de organizações não-governamentais (ONGs) locais, nacionais e internacionais poderá aportar uma maior valia para a implementação do projecto, ao longo do seu ciclo. Estes grupos poderão incluir organizações que trabalham directamente nos sectores de protecção social, saúde, educação, bem como outros sectores relacionados. Seu envolvimento como participantes do projecto será fundamental para apoio em actividades complementares ao projecto

3.1.4. Empresas Privadas

Os clientes privados (comerciais e industriais) localizados nas áreas abrangidas pelo projecto ligados à rede, existentes e potenciais, beneficiarão de um maior acesso ao serviço de electricidade. O projecto afectará positivamente os clientes existentes ligados à rede, incluindo os comerciais e industriais, melhorando a fiabilidade do serviço e acomodando a procura que é actualmente suprimida devido ao mau estado e à sobrecarga da rede de distribuição.

3.1.5. Unidade de Coordenação do Projecto

A Unidade de Coordenação do Projecto (UCP) a estabelecer no MINEA, será responsável por coordenar a implementação das actividades do projecto. A UCP manterá as responsabilidades fiduciárias, ambientais e sociais e coordenará as três agências (ENDE, PRODEL e RNT), assegurando também o desenvolvimento de capacidades adequadas a cada uma delas.

3.2. Partes Afectadas

3.2.1. Comunidades

Os clientes residentes nas comunidades abrangidas pelo projecto ligados à rede, existentes e potenciais, nas áreas do projecto, que beneficiarão de um maior acesso ao serviço de electricidade. O projecto afectará positivamente os clientes existentes ligados à rede, incluindo os residenciais, melhorando a fiabilidade do serviço e acomodando a procura que é actualmente suprimida devido ao mau estado e à sobrecarga da rede de distribuição. As novas ligações poderão utilizar o serviço de electricidade, o que melhorará os seus padrões de vida. Um fornecimento de electricidade alargado e mais fiável estimulará também as actividades geradoras de rendimentos e de emprego. A sociedade Angolana, no seu conjunto, beneficiará, indirectamente, de efeitos económicos e sociais, que se estenderão por várias gerações, uma vez



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

que o sector se encontra numa base mais sustentável, contribuindo para a consolidação fiscal a nível nacional.

3.2.2. Empreiteiros

O projecto irá investir em obras civis relacionadas com a reabilitação e expansão da rede de distribuição e o reforço e reabilitação de subestações. Este grupo de empreiteiros tem um papel importante na implementação do projecto.

3.3. Grupos ou indivíduos vulneráveis

Grupos sociais vulneráveis podem incluir idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, bem como comunidades carentes. Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos à participação em reuniões de consulta pública, mesmo que participem de reuniões comunitárias, eles podem não entender os impactos do projecto apresentados devido a barreiras de idioma (ou se sentir inibidos devido a seu *status* na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressar livremente suas preocupações e interesses sobre o projecto.

Algumas pessoas, notavelmente pessoas com baixos níveis de alfabetização, não conseguem comunicar facilmente em idiomas oficiais (português). Assim, eles podem precisar ser consultados em idiomas locais. O projecto deve levar em conta e abordar essas limitações identificadas, de modo a assegurar que todas as partes interessadas, particularmente as pessoas afectadas pelo projecto, sejam incluídas e apoiadas para superar as limitações que enfrentam e participar do processo de consulta.

3.4. Necessidades das Partes Interessadas do Projecto

A gestão do envolvimento das partes interessadas do projecto requer um Plano de Gestão cuja abordagem metodológica será feita neste documento. O esquema seguinte resume o procedimento a usar no plano de envolvimento e participação, durante todo o ciclo de projecto.

A primeira fase é a identificação de cada parte interessada ou afectada bem como a avaliação das suas expectativas, poder e interesse no projecto, conforme tabela abaixo para a fase de preparação do projecto.

Em função das necessidades de cada grupo serão desenvolvidas abordagens de comunicação específicas e adaptadas a cada uma das necessidades, de modo a que a participação seja activa e não subvertida por qualquer factor ou dificuldade. Por exemplo em grupos mais vulneráveis deverá ser equacionado meios de deslocação para as consultas públicas, traduções interactivas para os idiomas locais, recurso a painéis alusivos que facilitam a comunicação.

À medida que o projecto evolua, e sejam identificadas outras possíveis interlocutoras, as tabelas seguintes deverão ser actualizadas. Por exemplo durante a fase de elaboração de projecto de execução e preparação de estaleiro, e posteriormente na fase de execução do projecto (obras).



Tabela 5 - Necessidades das partes interessadas

Parte interessada	Características chave	Necessidades de línguas	Meios de notificação preferidos	Necessidades específicas
<p>MINFIN, MINEA, MINCULT, MASFAMU, MINCO, MINAGRIF</p> <p>Governos Provinciais, Administrações municipais, comunais e distritais</p> <p>PRODEL RNT, ENDE, IRSEA,</p> <p>Associações Industriais e Comerciais</p>	Centro de decisões políticas	Português	Carta	N/A
Comunidades peri-urbanas e urbanas	Beneficiados e/ou Afectados Poder de influenciar grandes decisões	Português ou necessidade tradução em idioma local	Aviso através das rádios locais, publicação através de cartazes junto das comunidades, e reunião de preferência em local próximo das comunidades.	Necessidades de acessibilidade e transporte, e limitações nos horários das reuniões.
Representantes de grupos vulneráveis	Beneficiados e/ou Afectados	Português ou necessidade tradução em idioma local	Aviso através das rádios locais, publicação através de cartazes junto das comunidades, e reunião em local próximo das comunidades. Notificação através de intérpretes comunitários e/ou liderança tradicional (Sobas)	Necessidades de acessibilidade e transporte, e limitações nos horários das reuniões.
Organização da Mulher de Angola (OMA)	Poder de influenciar	Português	Carta	N/A
Instituto Nacional de Desminagem (INAD)	Institucional	Português	Carta	N/A
ONGs	Grupos de pressão	Português	Carta	N/A



4. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) tem por objectivo:

- Complementar/apoiar o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS);
- Identificar metodologias de envolvimento;
- Identificar instrumentos de informação divulgação para o envolvimento das partes interessadas durante o período de implementação do projecto;
- Definir a estratégia para uma abordagem metodológica, bem como as necessidades especiais para cada grupo de partes interessadas,
- Planear um ciclo de reuniões/consultas das partes interessadas durante todo o ciclo de projecto;

O PEPI deverá ser um documento dinâmico, de actualização continua durante o ciclo de implementação do projecto, em função das diferentes variáveis de necessidades, uma vez que durante esse processo, o foco e o âmbito podem alterar de forma a reflectir os vários estágios da implementação do projecto e abranger quaisquer alteração qualitativa e quantitativa do projecto.

4.1. Metodologia para potencializar o envolvimento das partes interessadas

São propostos vários tipos de envolvimento, de forma a adaptar-se adequadamente às necessidades específicas de cada grupo, nomeadamente:

- Agenda Estruturada - Esta agenda é preparada com base no componente do projecto em consulta e no estágio de sua implementação. O uso de uma agenda focada garantirá que os principais itens estratégicos e de risco possam ser discutidos com os tomadores de decisão e influenciadores, em um esforço para mitigar os riscos de forma proactiva.
- Reuniões de Grupos Focais (*Focus Group*). Serão constituídos um conjunto de grupos focais distribuídos pela disposição geográfica do projecto. Estes grupos serão constituídos por técnicos locais da ENDE e Prodel e por um representante da comunidade, e terão formação/capacitação específica segundo um programa de capacitação descrito no QGAS. O objectivo de um grupo focal é reunir as partes interessadas com os mesmos interesses ou características comuns em uma reunião para discutir tópicos específicos de maneira focada. Por exemplo, métodos de grupos focais podem ser usados para explorar questões que são relevantes para grupos ou subgrupos específicos de uma comunidade - como jovens, idosos, mulheres, empreendedores, grupos vulneráveis. O facto dos constituintes destes grupos serem pessoas residentes em cada um dos locais de intervenção do projecto, pertencerem aos organismos beneficiários do projecto (ENDE e/ou PRODEL) permite um conhecimento quer do projecto quer das necessidades de comunicação das comunidades. Muitas vezes é necessário vencer a barreira étnica, e a presença de técnicos locais é um elemento facilitador. A inclusão de um elemento da comunidade permite a comunicação com as



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

autoridades tradicionais e garante uma melhor comunicação com o grupo, que se sente mais confortável com a presença de um elemento da sua comunidade.

- Fórum com objectivos específicos e composto por um grupo específico de partes interessadas que necessitará de garantir que as acções sejam tomadas e monitorizadas.
- Consultas com as comunidades focadas para identificar e discutir as preocupações das partes interessadas e divulgar as informações do projecto. Tais consultas devem, sempre que possível, fazer uso de intérpretes e tradução para os idiomas locais, a fim de alcançar uma ampla gama de grupos e indivíduos dentro das comunidades. A participação de homens e mulheres deve ser incentivada.

4.2. Instrumentos de informação e divulgação

Os instrumentos de informação e divulgação deverão ser adaptados às necessidades de cada grupo. Estes podem ser alterados durante o ciclo de projecto, em função quer da alteração do projecto quer mesmo motivada pela especificidade de algum grupo que seja necessário auscultar/consultar. No entanto, alguns instrumentos são abaixo descritos.

Mensagens-chave devem ser desenvolvidas em função do desenvolvimento do grau de detalhe do projecto, e em adaptadas às necessidades específicas de cada grupo. Apresentam-se a seguir algumas mensagens-chave relevantes para os diferentes componentes do Projecto de forma a informar as partes interessadas do projecto sobre o planeamento previsto para o desenvolvimento do projecto:

- Informação sobre o âmbito, componentes, abrangência e objectivos do projecto;
- Modo de cadastramento disponibilizado e possibilidades de benefício para as pessoas, como por exemplo empregabilidade, fornecimento de serviços terciários, beneficiários directos com a implementação do projecto, forma de compensações previstas para as pessoas que possam ser afectadas pelo projecto;
- Guias de comportamento a que os trabalhadores directos e indirectos estarão sujeitos, de forma a minimizar incómodos e ou outros condicionalismos sobre a comunidade;
- Metodologia para apresentação de reclamações, contribuições e queixas;
- Integrar o planeamento do projecto, através de consultas do projecto, de forma a antecipar as comunidades sobre alguns incómodos decorrentes do desenvolvimento do projecto, por exemplo as consultas às comunidades a serem afectadas deverão decorrer antes da entrada em obra na zona de abrangência da comunidade, de forma a informar e acautelar sobre algum tipo de riscos e formas de reclamação disponibilizadas, bem como os mecanismos de contratação local disponibilizados pelo projecto, e a que as entidades contratadas estão obrigadas;
- Alertas para questões como violência contra o género e grupos mais vulneráveis, alertas para o trabalho infantil e discriminação laboral, bem como as medidas que o projecto contempla quer para reclamação quer para mitigação destes;
- Apresentação dos impactos ambientais e sociais associados a cada fase do projecto, e as respectivas medidas de mitigação prevista quer no QGAS quer no QPR;



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- Apresentação de medidas previstas no projecto para apoio à comunidade durante todo o ciclo de projecto.

4.3.Formato da informação e método de divulgação

O projecto combinará diferentes métodos de disseminação de informações. Ele usará métodos de comunicação escritos e visuais, bem como meios de comunicação como anúncios de rádio e televisão e outros.

4.3.1. Comunicação Escrita e Visual

- **Sumário Executivo** - Um resumo não técnico apresentará as informações do projecto de forma concisa, sem usar linguagem técnica.
- **Quadros de aviso** - Quadros de avisos podem funcionar bem em comunidades peri-urbanas e envolvem a disseminação de informação por meio de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho. Este é um bom método para disseminar informações relacionadas ao tempo e duração das actividades, próximas reuniões, relatórios de progresso e outras informações.
- **Cartas** - Pode ser usado para transmitir mensagens muito específicas. Alternativamente, isso é usado como um método formal para solicitar informações e convidar as partes interessadas a participar de eventos de consulta.
- **Emails** - Amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONGs e outros atores institucionais. Compartilhamento de informações, solicitação de informações de especialistas sobre questões de salvaguardas e divulgação de documentos de normas ambientais e sociais diretamente aos principais interessados podem ser feitos de forma eficaz por e-mail. Além disso, a comunicação por email fornece acesso direto às partes interessadas ao organizar reuniões.
- **Jornais** - Os jornais geralmente são adequados para anúncios formais ou para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas. É importante que o conteúdo da mensagem seja cuidadosamente compilado, pois esse é um meio de comunicação unidirecional e pode rapidamente causar mal-entendidos ou confusão, se não for claramente escrito. O projecto divulgará informações importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta) via **Jornal de Angola** e **Ango Notícias**, que são considerados os jornais nacionais mais populares em Angola.

4.3.2. Comunicação social

- Os principais componentes da comunicação social incluem rádio e televisão. O rádio e a televisão são bons meios para estimular a conscientização e preparar as partes interessadas para que eventos maiores ou comunicação refinada ocorram. Útil para alertar o público sobre reuniões comunitárias planejadas. A fim de divulgar informações, o projecto usará os



seguintes veículos de disseminação da informação: **Radio Nacional de Angola ou TPA1 e TP2 – Televisão Pública de Angola**

4.3.3. Outros

- Telefone - O uso do telefone / celular ainda é considerado o método preferido de comunicação por causa da acessibilidade e velocidade. Ter uma discussão por telefone para garantir o entendimento mútuo entre as duas partes é mais rápido e fácil comparado ao envio de um e-mail e à espera de respostas. Isso requer compilações de banco de dados anteriores com contatos de partes interessadas relevantes.

4.4. Estratégia proposta para consulta

Um amplo processo de consulta requer o uso e a combinação de diferentes métodos, levando em conta as características do público-alvo. Os métodos de consulta para o Projecto são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 6 - Estratégia para consulta das partes interessadas

Etapa do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes interessadas alvo	Responsabilidades
Fase inicial do projecto	Elaboração e divulgação de documentos ambientais e sociais	Entrevistas / inquéritos face-a-face e recenseamento Discussões de grupos focais e reuniões de consulta pública	A definir pela UCP à medida que documentos ambientais e sociais diferentes são elaborados e discutidos com diferentes partes interessadas	Agências governamentais, ONGs, sociedade civil e setores privados	MINEA E UCP
Fase de Construção	Disseminação da informação sobre área que o projecto vai cobrir e os potenciais impactos positivos	Reuniões Rádio, Televisão, Jornais Comunicação Social	A definir pela UCP	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades urbanas e peri-urbanas e administrações locais, ONGs	MINEA E UCP



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Etapa do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes interessadas alvo	Responsabilidades
Operação	Disseminação da informação, percepção dos processos e atividades complementares.	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social	A ser definido pela UCP	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades urbanas e peri-urbanas e administrações locais, ONGs	MINEA e UCP

4.5. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Um dos objetivos de um PEPI é identificar pessoas ou comunidades que são ou poderiam ser afetadas pelo Projecto em Angola (incluindo grupos vulneráveis), bem como outras partes interessadas e garantir que tais partes interessadas estejam apropriadamente engajadas em questões ambientais e sociais. que poderia afetá-los, através de um processo de divulgação de informações e discussão significativa; e manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas numa base contínua através de um engajamento significativo durante a implementação do projecto.

Pessoas vulneráveis (idosos, deficientes, e doentes crónicos, etc.) precisam ser identificadas ao longo do projecto e implementação do projecto, para que suas limitações (físicas e mentais) sejam mapeadas e sejam tomadas medidas apropriadas para garantir que elas terão oportunidades iguais para expor as suas preocupações e opiniões sobre o Projecto.

Para lidar com as limitações físicas das pessoas, o projecto disponibilizará o transporte das residências para os locais de consulta. Além disso, os locais das reuniões serão selecionados para garantir o acesso universal das pessoas com deficiência. A Unidade de Coordenação do Projecto (UCP) irá garantir que crianças, idosos e pessoas doentes sejam bem representadas por seus pais/familiares.

Serão organizadas reuniões individualizadas, sempre que possível, com pessoas vulneráveis para garantir que os benefícios do projecto também se reflectam nas suas vidas. O Projecto incentivará as pessoas vulneráveis a apresentar queixas ou reclamações e se comprometerá a fornecer respostas oportunas aos reclamantes. As pessoas vulneráveis serão informadas com antecedência sobre o Mecanismo de Resposta às Reclamações (MRR) existente para que possam ter acesso sempre que necessário.

O Projecto implementará um sistema de relatórios que permitirá a recolha de informação, análise e divulgação do Projecto para pessoas interessadas / afetadas. Relatórios mensais sobre o QGAS mostrarão como as questões ambientais e sociais estão sendo tratadas e quais são os principais desafios enfrentados. A implementação do PEPI também será monitorada por relatórios mensais produzidos pela UCP. Isso incluirá monitoramento e relatórios de MRR. A UCP preparará e compartilhará com as partes interessadas um relatório anual mostrando o nível de implementação de diferentes indicadores.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

A UCP também convidará um número limitado, no entanto representativo, de partes interessadas para uma reunião anual para avaliar o progresso do projecto, avaliar desafios e planejar acções futuras.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR AS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INETRESSADAS

O envolvimento das partes interessadas requer recursos adequados a serem utilizados. Um total estimado de 160,000.00 USD por ano será necessário para a implementação das atividades do PEPI (ver Tabela 7, abaixo). O orçamento abaixo não inclui os salários do pessoal designado e está sujeito a revisão e ajuste com base nas necessidades de consulta identificadas durante a implementação.

Tabela 7 - Orçamento anual estimado do PEPI.

No.	Fase	Actividades chave	Qtde.	Unidade	Orçamento total (USD)
1	Construção	Programa de treinamento e capacitação dos pontos focais, nos documentos ambientais e sociais, bem como nas estratégias de comunicação e divulgação consideradas no QGAS		Capacitação	30.000,00
2		Programa de comunicação contínua com as partes interessadas durante a construção Anúncios nos jornais, reportagens televisivas e áudios através das rádios locais, telefones (telemóveis disponibilizados) Foram consideradas cerca de 30 intervenções.	30	Comunicações	25.000,00
3		Impressão de Flyers e outros materiais para divulgação da consulta e para a consulta como cartazes, etc, custos de deslocação para reuniões com as comunidades e individuais, consideradas mensais. Custos com impressão de relatórios mensais e anuais, e a sua divulgação. Foram consideradas cerca de 50 unidades.	50	Material publicitário de Relatórios	35.000,00



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

No.	Fase	Actividades chave	Qtde.	Unidade	Orçamento total (USD)
4		Custo com transporte para pessoas cm deficiência		Transporte	10.000,00
5		Contingências	Montante fixo		10.000,00
6		Programa de comunicação contínua com as partes interessadas durante a operação, periodicidade mensal			20.000,00
7	Operação	Programa de capacitação e treinamento dos pontos focais, considerados programas de actualização, com uma periodicidade mensal, incluindo custos de deslocação destes de modo a que a capacitação sejam agrupados no máximo dois grupos geográficos		Treinamento	30.000,00
Total					160.000,00

A implementação bem-sucedida do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão. A UCP será considerada responsável pela implementação do envolvimento das partes interessadas para o Projecto. Dentro da equipe da UCP, um responsável pelas normas sociais terá a responsabilidade de coordenar as atividades da PEPI. Perguntas/comentários sobre o Projecto devem ser encaminhados para os contatos indicados abaixo.

5.1. Gestão de funções e responsabilidades

A implementação bem-sucedida do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gerenciamento. A UCP será considerada responsável pela implementação do envolvimento das partes interessadas para o Projecto. Dentro da equipe da UCP, um responsável pelas normas sociais terá a responsabilidade de coordenar as atividades da PEPI. Perguntas/comentários sobre o Projecto devem ser encaminhados para os contatos indicados abaixo.



Tabela 8 - Equipa de Gestão do PEPI

No.	Pessoa de Contacto	Morada	Contactos (Telef & email):
1	Director de Projecto / Unidade de Coordenação do Projecto (UCP)		
2	Oficial de Normas Sociais		
3	Especialista em Monitoria e Avaliação		

6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (MRR)

Um mecanismo de resolução de reclamações foi elaborado de acordo com a Norma Ambiental e Social 10 (NAS10). O Projecto terá seu próprio MRR para considerar e abordar as queixas ou reclamações trazidas à atenção da equipa do Projecto. Será desenvolvido um formulário para registar as reclamações/queixas e usado durante a implementação do projecto. Haverá procedimentos específicos desenvolvidos para tratar de reclamações relacionadas à Abuso e Exploração Sexual/Assédio Sexual (AES/AS). Um MRR separado será desenvolvido pelo Projecto para tratar das queixas dos trabalhadores (de acordo com a legislação laboral nacional). Os procedimentos a serem seguidos na implementação do MRR, como os recursos necessários, serão apresentados em detalhe – e acompanhados de um plano de acção – antes do início da fase de execução do projecto.

Deverá ser mencionado que o termo reclamações muitas vezes poderá estar associado a contribuições como acções de melhorias e questões relacionadas como possibilidade de emprego, e devem ser tratados de igual forma metodológica. O termo queixa pressupõe um incumprimento ou um abuso, deverá ter a mesma abordagem quer na recolha, que muitas vezes merecerá um mecanismo que pressupõem a integridade e a confidencialidade (e o anonimato sempre que justificado) do queixoso. Neste documento foram apresentados alguns mecanismos para a recolha da reclamação e das queixas.

Todas as partes interessadas do projecto poderão comunicar suas queixas por meio de diversos canais de aceitação (por escrito, por telefone, e-mail, carta, por meio de líderes tradicionais da comunidade, etc.). Independentemente de como as queixas são comunicadas, a equipe do projecto deve garantir que todas as queixas sejam bem registadas e inseridas num banco de dados para acompanhamento, monitoramento e relatórios.

Reconhecendo o recebimento da queixa. Os membros da equipe do projecto ou um escritório local, que receberem a reclamação, fornecerão uma comunicação oportuna ao denunciante de que sua queixa foi recebida, serão registadas e revisadas para elegibilidade e, se elegíveis, gerarão uma resposta organizacional inicial. O reconhecimento inicial deve ocorrer normalmente dentro de 3 a 5 dias após o recebimento.

MRRs tipicamente geram três tipos de resposta a queixas/reclamações:



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- Ação direta para resolver a reclamação.
- Avaliação e envolvimento adicional com o reclamante e outras partes interessadas para determinar conjuntamente a melhor maneira de resolver a reclamação.
- Determinação de que a reclamação não é elegível para o MRR, porque não atende aos critérios básicos de elegibilidade, ou porque outro mecanismo (dentro ou fora da organização, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar.

O pessoal do MRR é responsável por comunicar a resposta proposta ao queixoso atempadamente, por escrito e utilizando uma linguagem facilmente acessível ao autor da denúncia. Quando houver um acordo entre o reclamante e a equipe do MRR para avançar com a ação proposta ou processo de partes interessadas, uma resposta (quando possível, com resolução) deve ser fornecida dentro de um mês.

Como mencionado acima, em alguns casos pode não ser possível fornecer ao reclamante uma resposta satisfatória. Em alguns casos, os esforços de boa fé podem não conseguir resolver as queixas. Em tais situações, a equipe do MRR deve rever a resposta com o reclamante e explorar se uma modificação na resposta pode atender às preocupações do reclamante.

O passo final é fechar a queixa ou reclamação. Se a resposta foi satisfatória, o pessoal do MRR deve documentar a resolução satisfatória. Documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta que deve ser obtida.

O Mecanismo desenvolvido teve por objectivo receber reclamações e ou queixas, preocupações e sugestões da população ou indivíduos que podem ser afectadas pelas actividades e decisões do projecto, incluído todo o tipo de trabalhadores do projecto. O desenvolvimento do Mecanismo de queixas atende aos princípios de legitimidade, acessibilidade, transparência, igualdade e compatibilidade de direitos para todos os trabalhadores e diferentes comunidades.

É essencial que Mecanismo seja acessível, gratuito, de fácil compreensão, transparente, responsivo e eficaz, que não restrinja o acesso aos canais oficiais de reclamação (como os tribunais, incluindo os tribunais tradicionais), e não cause medo de consequências negativas para o seu recurso entre os usuários. Os indivíduos e famílias afectados devem ser informados sobre a existência deste mecanismo.

Este mecanismo foi desenhado atendendo aos objectivos que se propõem e que esta interacção seja efectuada com transparência total sem que haja algum constrangimento por parte do reclamante.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Como procedimentos de recolha, foram previstos os seguintes:



Caixas de correio colocadas junto das autoridades locais nas comunidades, e/ou junto das habitações de pessoas que se disponibilizaram a supervisionar. As chaves destas caixas de correio ficaram à guarda da Fiscalização que semanalmente recolhe e regista. No mínimo deverão ser colocadas estrategicamente 4 caixas em cada comunidade afectada, uma por exemplo junto a casa do Soba ou Regedor, outra junto de uma representante da OMA, outra junta da igreja (independentemente da confissão religiosa) e outra junto a uma casa de uma pessoa que se disponibilize para a vigiar contra vandalismos.



Será inquirida a comunidade para que se seleccione alguns voluntários que saibam ler e escrever, de modo a que **um representante por bairro possa ser o ponto focal** para uma reclamação. A comunidade pode reunir-se a apresentar a reclamação, que será redigida para o papel por este ponto focal e envia pelos meios que terá à disposição.



No estaleiro da fiscalização existirá para além de uma caixa de recolha, também uma pessoa com disponibilidade para redigir a reclamação e a endereçar, dando uma cópia protocolada ao reclamante.



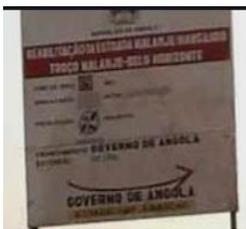
Nas Administrações Municipais ou Comunais, será colocado um livro de reclamações, composto por folhas tipo, com campos próprios para preenchimento, que caso seja necessário os funcionários irão ajudar a preencher e uma caixa de correio, cujo acesso será pela fiscalização. Os pontos focais socio ambientais a serem formados nas províncias poderão ajudar a elaborar a reclamação durante a visita às comunidades.



Serão **disponibilizados números de telefone e correios electrónicos** dedicados a recolha de reclamações/contribuições e ou queixas. Estes telefones estarão no estaleiro sobre a gestão da fiscalização que se obriga de os manter activos 24 horas por dia permitindo a gravação em todas as chamadas recebidas e na UIP.



Serão ainda disponibilizados 4 telemóveis, com apenas possibilidade de ligação para os números dos técnicos socio ambientais da fiscalização. Estes telemóveis serão colocados nas administrações municipais ou comunais, no estaleiro e na casa de um representante da comunidade a ser seleccionado, de modo a que a reclamação possa ser efectuada via telefone. A fiscalização toma nota e procede ao registo.



Em todas as **placas de obra e de frentes de obra** deverão ser mencionados os locais onde estão colocadas as caixas de recolha, o correio electrónico que poderá ser usado para a reclamação ou queixa e o número de telefone que poderá receberem como a localização do telefone gratuito que poderá ser utilizado para efectuar a reclamação.

As reclamações podem ser anónimas ou não, sendo que no caso de serem anónimas deverá o reclamante proceder à identificação por um código de modo a que a resposta faça referencia a este código. Por exemplo se um reclamante se dirigir a uma administração comunal, e não se quiser identificar, terá de identificar a administração comunal onde esta a depositar a sua reclamação e um código à sua escola, numero, nome falso, de modo que a resposta vá para esta administração e possa ser levantada através desse código.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

O registo das reclamações deverá ter os seguintes elementos: Local da reclamação, data da reclamação, data de recolha, identificação da reclamação (nome, código, etc), contacto do reclamante ou do ponto focal que recolheu a reclamação. A fiscalização semanalmente procede à recolha registo e categorização da reclamação. A categorização deverá ser a seguinte:

- Reclamação / queixa ou contributo;
- Condições laborais (cumprimento da legislação laboral, trabalho infantil, cumprimento do horário de trabalho, condições de trabalho, etc).
- Discriminação laboral quer por género quer de grupos vulneráveis;
- Impactos sobre ambiental comunidade (derrames, poluição, ruído, etc)
- Impactos sobre a comunidade (roubos, abusos sexuais, extorsão a grupos vulneráveis, conflitos entre trabalhadores e elementos da comunidade, caça furtiva, impactos sobre a fauna não previstos e praticados de uma forma abusiva, destruição de cultivos não autorizada, etc);
- Breve elemento da equipa de trabalho será avisado, caso seja praticado na comunidade por indivíduos completamente alheios a Obra, serão remetidos para os órgãos legais.

A Fiscalização obriga-se a manter uma base de dados dos registos de reclamações.

Quanto à resolução, sempre que estiver ao alcance da fiscalização a resolução, esta informa a equipa da UCP no prazo de 5 dias do procedimento que propõem para a resolução da reclamação e após aprovação implementa. Caso se trate de questões que por forma, conteúdo ultrapasse as competências da fiscalização, será constituído uma equipa de inquérito e averiguação, composta por elementos da UCP ou elementos focais formados na área sócio ambiental, elementos da mesma área da fiscalização, representante da comunidade. Será averiguada a veracidade e extensão da reclamação e aplicada a respectiva medida correctiva, envolvendo os meios legais se necessários.

A divulgação do mecanismo será efectuada antes do início do Projecto e durante a implementação projecto, nas consultas públicas e em diversas interações com as partes interessadas e comunidades. Em todas as consultas públicas serão entregues um desdobrável com uma breve descrição do mecanismo e dos meios disponibilizados para a reclamação.

Posteriormente em todos os estaleiros, Administrações Municipais e Comunais será afixado um cartaz com o modo de funcionamento, quem pode reclamar, onde pode reclamar, se pode reclamar de modo anónimo, o que pode reclamar e os procedimentos de reclamações que estarão disponíveis, de uma forma gratuita.

As principais queixas surgem durante a implementação do Plano de Gestão Ambiental e Social, e são relacionadas com:



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- Migração e afluxo de mão-de-obra, incluindo inflação, que se manifestam em violência baseada no género, abuso sexual e abuso de crianças, entre outras;
- Insatisfação em relação às compensações por perdas permanentes ou temporárias de bens e ou habitações durante as fases de construção e manutenção;
- Questões relacionadas com os incómodos causados pelas obras de construção, tais como poeiras e outras emissões de poluentes atmosféricos, emissões sonoras, poluição da água potável, etc;
- Impactos ambientais que afectam os serviços ecos sistémicos utilizados pelos membros da comunidade (ex. poluição da água ou modificações no regime hidrológico que afectam os recursos pesqueiros);
- Questões relacionadas aos efeitos das mudanças no uso da terra causadas pela construção ou operação do projecto;
- Questões relacionadas aos danos causados às infraestruturas das comunidades (estradas, entre outros);
- Perturbação de elementos importantes do património cultural, religioso, étnico e arqueológico;
- Aumento da marginalização de grupos vulneráveis;
- Recurso a mão-de-obra infantil e abuso das condições de trabalho de grupos vulneráveis;

No que diz respeito à implementação do Plano de Acção de Reassentamento (PAR), as queixas são principalmente as relacionadas com o processo e as relacionadas com a propriedade. As reclamações e litígios de processos estão tipicamente associados às seguintes causas:

- As omissões de activos nas pesquisas;
- Registos errados de dados pessoais ou comunitários;
- Erros na identidade das pessoas afectadas;
- Sentimentos de desvalorização;
- A base para o cálculo da compensação; condições de reassentamento;
- Desacordos sobre os limites das parcelas, campos entre as pessoas afectadas da mesma localidade ou entre dois vizinhos;



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

- Disputas sobre a propriedade de uma propriedade ou uso da terra (duas ou mais pessoas afectadas afirmam ser o proprietário de uma determinada propriedade);
- Disputas sobre a partilha de compensação.

Reclamações e disputas sobre o direito de propriedade geralmente se relacionam com os seguintes casos:

- A recente mudança na propriedade do bem;
- Divórcios, ou perda parental tomada de posse dos bens por parte da família do marido, deixando mulher e crianças desamparadas e sem abrigo;
- A apropriação de um bem comum ou de um capital de produção posto em prática por várias pessoas;
- A posse de terras;
- Abuso e discriminação quando a negociação é feita com a chefe de família que é mulher, ou quando a negociação é feita por grupos sociais vulneráveis.

Um procedimento de reclamação será estabelecido para a resolução das disputas e reclamações antes da fase de pré-construção para a implementação do PAR e as equipas socio ambientais que faram parte dos inquéritos e da reparação a nível comunitário e distrital terão sido criados. Este procedimento criado durante a implementação do PAR deve continuar durante as fases de construção e operação e o mesmo processo de reclamação deve aplicar-se a todas as partes interessadas afectadas pelo projecto.

Deverá ser avaliado internamente o funcionamento do mecanismo. Os dados do registo de reclamações fornecerão a matéria-prima para a monitorização. A revisão em intervalos regulares do tipo e das tendências das preocupações e queixas ajudará a construir um entendimento interno que defina se estão bem aplicados os procedimentos, se as comunidades estão suficientemente cientes do mecanismo, se as reclamações estão sendo resolvidas de um modo geral, e se as tendências revelam problemas subjacentes a serem abordados. O mecanismo poderá ser afinado de acordo com os resultados. Poderá também existir a obrigação para uma operação de informação regular sobre as tendências gerais das reclamações, ou de graves preocupações ou ainda das queixas individuais. Isso será mais um ‘par de olhos’ ajudando a examinar como o sistema está a funcionar. De um modo geral, no entanto, deve-se lembrar que um nível geralmente excessivo de reclamações não produz necessariamente reflexos negativos sobre a operação: pode significar que o mecanismo merece a confiança dos membros da comunidade e que uma análise dos resultados demonstra que ele está funcionando bem.

Informar externamente sobre os resultados do mecanismo. Isso poderá ajudar a aprimorar a confiança no mecanismo. Fornecer informações em relatórios locais de sustentabilidade, em



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

outras publicações corporativas, ou em reuniões com a comunidade sobre o tipo de problemas identificados, ou sobre o número de reclamações recentes, juntamente com a proporção delas resolvida para satisfação dos reclamantes, poderá ajudar a salientar que preocupações locais são seriamente tratadas.

Desta feita, a auscultação periódica das comunidades envolvidas pela obra é obrigatória e deverá ser realizada pela entidade fiscalizadora, de modo a permitir avaliar o grau de satisfação da população e/ou reclamações/ocorrências. Para isso é necessário incluir esta obrigatoriedade na contratação das supervisões.

Em cada contrato entregue será anexado um mecanismo de queixas, bem como, estará disponível e exposto no estaleiro. As informações sobre ele serão amplamente divulgadas nas comunidades afectadas pelo projecto. Este mecanismo é desenvolvido de acordo com os riscos e impactos associados ao projecto de modo a abordar os problemas e as situações mais graves de uma forma compreensível. Sempre que se justificar deverá ser traduzido para uma linguagem acessível à população e a todos os trabalhadores, recorrendo a imagens ou esquemas simplificados.

O processo de apresentação e o procedimento de resolução da reclamação é composto por algumas etapas a seguir enumeradas:

1. Receber e registrar a reclamação;
2. Reconhecer e Avaliar
3. Elaborar a resposta
4. Comunicar a Resposta ao Reclamante
5. Implementar a resposta/Solução para resolver a situação
6. Revisar a resposta se não for bem-sucedida
7. Encerrar ou encaminhar a reclamação

Após a recepção da reclamação, o MINEA, dependendo do tipo de reclamação, enviará ao local uma equipa para averiguar e analisar os motivos da reclamação, no caso de esta não apresentar evidências. Algumas reclamações poderão ser resolvidas apenas com o auxílio da fiscalização, no entanto o MINEA terá de ter sempre conhecimento da queixa, bem como terá conhecimento do método e estratégia de resolução e concordar com esta. O reclamante poderá esperar por uma resposta num prazo de 15 a 30 dias após a sua reclamação.

Tanto a fiscalização como o MINEA têm acesso a uma base de dados de reclamações juntamente com uma ficha cronológica com a informação relativas a todas comunicações efectuadas para a resolução de cada uma das queixas.



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Este mecanismo foi desenvolvido atendendo aos objectivos que se propõem e que esta interacção entre o MINEA e as partes interessadas, seja efectuada com transparência total sem que haja algum constrangimento por parte do reclamante.

As eventuais queixas e ou registro de reclamações que surgirão no decorrer do projecto deverá ser constituído pelos seguintes elementos:

- Local da reclamação;
- Data da reclamação;
- Data de recolha;
- Identificação da reclamação (nome, código, etc);
- Contacto do reclamante ou do ponto focal que recolheu a reclamação.

E a sua categorização deverá ser composta e diferenciada conforme os seguintes elementos:

- Reclamação / queixa ou contributo;
- Condições laborais (cumprimento da legislação laboral, trabalho infantil, cumprimento do horário de trabalho, condições de trabalho, etc).
- Discriminação laboral quer por género quer de grupos vulneráveis;
- Impactos sobre ambiental comunidade (derrames, poluição, ruído, etc)
- Impactos socioeconómico sobre a comunidade (roubos, abusos sexuais, extorsão a grupos vulneráveis, conflitos entre trabalhadores e elementos da comunidade, caça furtiva, impactos sobre a fauna não previstos e praticados de uma forma abusiva, destruição de cultivos não autorizada, etc);
- Breve elemento da equipa de trabalho será avisado, caso seja praticado na comunidade por indivíduos completamente alheios a Obra, serão remetidos para os órgãos legais.

A resolução das reclamações quando ao alcance da fiscalização deverá informar a unidade de implementação do projecto do procedimento proposto para resolver a situação evidenciada, só poderá ser implementada se a UCP aprovar. Quando o conteúdo da reclamação não for da responsabilidade da fiscalização será constituído uma equipa de averiguação, composta por elementos da UCP ou elementos focais formados na área sócio ambiental, elementos da mesma área da fiscalização e um representante da comunidade.



7. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

Será elaborado um relatório mensal para a implementação do PEPI e serão monitorados os principais indicadores pela equipa da UCP.

Reuniões de partes interessadas bimensais serão convocadas para discutir e revisar os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas. As partes interessadas (instituições, grupos, e pessoas afetadas e interessadas) terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de consulta do projecto e o que deve ser mudado no processo de implementação do PEPI, de modo a torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de envolvimento das partes interessadas (especialmente os principais indicadores e atividades do PEPI) e recomendará melhorias.

7.1. Reportando de volta às partes interessadas

O objetivo de um plano de envolvimento das partes interessadas é dar oportunidade para que as partes interessadas e afetadas do projecto expressem suas opiniões, interesses e preocupado projecto se acumulem para os membros da comunidade. É obrigatório que a UCP, através dos canais de comunicação existentes, reporte aos interessados, frequentemente, mostrando como as contribuições e preocupações das partes interessadas são consideradas na implementação do projecto.



8. ANEXOS

Anexo 1 - Stakeholders Institucionais Identificados

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Ministério da Energia e Águas (MINEA)	Alto	Alto	Apoio	TF: Alta Direcção e coordenação do MINEA M: Relatórios, reuniões e encontros de coordenação, planos de comunicação e linhas estratégicas
Ministério das Finanças (MINFIN)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação do projecto M: Relatórios, reuniões e encontros de coordenação,
Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINCULT)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Governos Provinciais (GP)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e comunicação institucional e operacional do projecto. M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Ministério da Administração do Território (MAT)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação M: Relatórios, reuniões
MASFAMU	Alto	Alto	Neutro	M: Relatórios, reuniões
Administrações Municipais e Comunais	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Encontros, relatórios, dados
PRODEL	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
ENDE	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
RNT	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Relatórios, encontros de coordenação
IRSEA	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação e implementação do projecto M: Relatórios, encontros de coordenação
Organizações de mulheres	Alto	Alto	Apoio	M: Encontros, relatórios, dados



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Autoridades tradicionais	Medio	Medio	Apoio	M: Encontros
Associações industriais e comerciais	Medio	Alto	Apoio	TF: Avaliação do impacto, plano de desenvolvimento nacional, monitoria e avaliação M: Relatórios, encontros, dados
Comunidades urbanas e peri-urbanas	Alto	Alto	Apoio	TF: Avaliação do impacto, plano de desenvolvimento nacional, monitoria e avaliação M: Relatórios, encontros, dados
Representantes de grupos vulneráveis	Baixo	Medio	Neutro	M: Encontros, grupos focais
Coordenações de Zonas/Povoações	Baixo	Baixo	Neutro	M: Encontros
Comissões de moradores/bairros	Baixo	Baixo	Neutro	M: Encontros
Comissões de zeladores/gestores	Baixo	Medio	Apoio	M: Encontros, relatórios
Organizações Não Governamentais (ONGs)	Baixo	Medio	Neutro	TF: Serviços educativos M: Encontros



Anexo 2 – Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Objetivos	Partes interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
Fase de Construção					
1	Apresentar o Projecto de Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) para envolver as partes interessadas na sua finalização	Agências governamentais, Unidade de Apoio à Implementação do Projecto; Representantes da sociedade civil, grupos comunitários representantes urbanos e peri-urbanos	a) Apresentar resumo das medidas relevantes e ações para mitigar os riscos ambientais e sociais potenciais do projecto e Impactos do Projecto; Prazo; Responsabilidade/Autoridade e Recursos/ Financiamento comprometido e Data de Conclusão. b) Apresentação do Projecto (Identificação das partes interessadas, e métodos de comunicação)	reuniões / consultas publicas e / ou reuniões individuais. Uma reunião pública e reuniões individuais organizadas para discutir ESCP e setembro	MINEA UCP
2	Apresentar rascunhos e obter entradas dos seguintes instrumentos das partes interessadas: Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF), Avaliação de Risco de Violência Baseada no Género (GBV) e plano de acção; Quadro de Planeamento para Grupos Vulneráveis (VGPF); Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP); Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (LMP)., se for preciso	Agências governamentais, Unidade de Coordenação do Projecto (UCP) /; representantes da sociedade civil Representantes do governo provincial	a) Apresentar o Projecto - objetivos, justificativa, componentes, benefícios e beneficiários, mecanismos de implementação. b) programação de implementação indicativo e período, os contactos do projecto, c) impactos ambientais e sociais potenciais; medidas de mitigação; d) Descrever	Reuniões/ consultas publicas e/ou reuniões individuais e ou discussões em grupos focais	MINEA UCP



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Objetivos	Partes interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
		Mecanismo de queixas e reclamações (MRR)			
3 Divulgar os documentos finalizados do ESMF, ESCP, VGPF, LMP e Plano de Acção AES/AS, se for preciso	MINEA, entidades governamentais, Líderes comunitários/ Governos provinciais e administrações locais e ONGs	Mensagem por e-mail para aconselhar as partes interessadas sobre a divulgação e onde ter acesso aos documentos divulgados. Anúncio no Diário locais	Faça o upload em sites de agências governamentais, incluindo MINEA, WB e outros. Cópias em lugares localmente acessíveis. E-mail cópias para indivíduos e organizações chave.	Único e re-divulgar sempre que houver alguma revisão significativa	MINEA UCP
4 ESMP do contratante	Contratante; UCP, MINEA, WB	Rever e avaliar a suficiência da ESMP dos contratantes.	Troca por e-mail	Em curso até ESMP do contratante é considerado aceitável.	MINEA UCP
Fase de Operação					
5 O projecto de fortalecimento do sector de energia	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades, Governos provinciais, administrações locais e ONGs	Componentes do projecto: focalização, benefícios esperados	Reuniões Rádio, Televisão, Jornais Comunicação Social Folhetos informativos	Lançamento do projecto, divulgação várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	MINEA
6 Processos operacionais	Governos provinciais, Comunidades e Administrações locais e ONGs	Processos de projecto: sistemas de registo, inscrição, mecanismo de queixas e reclamações	Reuniões, sensibilização nas Comunidades Folhetos informativos	Lançamento do projecto, várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	MASFAMU UCP
16 Resolver queixas recebidas pelo projecto	MRR / Comitê da UCP	Para lidar com queixas referidas a Comissão/UIP	Linha verde, reuniões	Conforme necessário (como por MRR)	UIP/ Comissão



Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Anexo 3 – Análise Resumo dos Contributos Recebidos

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
Contributos recepcionados derivados da publicação nos meios de comunicação social e redes sociais						
Não relevante	Comentários genéricos com incidência ao Código de conduta, PSS e PGA,	Hugo Ribeiro	Empresa Privada OSSI	29/05/2020	Abordou a necessidade de alargar a rede de distribuição, face às actuais necessidades. Alusão positiva à implementação do código de conduta, do PSS e do PGA, bem como um parecer positivo aos objectivos, abrangência e âmbito do projecto	Agradecimento, e envio dos instrumentos na íntegra
Relevante	Comentários genéricos com incidência ao QGAS	Victor Ribeiro	Publico	29/05/2020	Aborda a abrangência da legislação nacional, mas com lacunas a nível de especificidades. Faz uma abordagem positiva aos instrumentos com especial destaque do QGAS	Agradecimentos, e envio dos documentos na íntegra
Relevante	Comentários gerais a constituição dos instrumentos e abrangência do projecto	Manuel Soares	Consultor independente	12/06/2020	Responde ao questionário com algumas reservas sobre o conteúdo	Agradecimentos
Não relevante	Aguarda	Matos da Fonseca	Consultor privado	30/05/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Não relevante	Aguarda	Helena Barros	Empresa privada Engiconsult	01/06/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Não relevante	Aguarda	Anónimo	Ceyma - Soluções Energéticas e Manutenção Industrial, Lda	02/06/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Não relevante	Aguarda	Isabel Cancela de Abreu	ALER - Associação Lusófona de Energias Renováveis	02/06/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Não relevante	Aguarda	António Rocha	Empresa privada Consult	02/06/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Não relevante	Aguarda	Victor Canhangá	Empresa privada MCA	02/06/2020	Solicitou documentos para consulta	Foram enviados e até à data não obtivemos resposta
Relevante	Comentários desconectados com o objectivo da consulta	Miguel Mendes Miguel	Público	03/06/2020	Envio de CV	Breve descrição dos objectivos da consulta pública, anexo de documentos e solicitação de contributos. Nunca respondeu.
Não relevante	Aguarda	Mário Penalver	Público	03/06/2020	Solicitou documentos	Aguardamos contributos
Relevante	Comentários genéricos com incidência ao impacto social da implementação das tarifas, e vantagens da aplicação do código de conduta	José Candeias	Consultor independente	03/06/2020	Necessidade de capacitação aos técnicos no sector, necessidade de escalonamento de tarifas visando o impacto social na economia familiar dos mais desfavorecidos, vantagens na aplicação do código de conduta	Agradecimentos
Não relevante	Aguarda	Alberto Folhento	Empresa privada Procal	04/06/2020	Solicitou documentos	Aguardamos contributos
Não relevante	Aguarda	Delson Cortez	Empresa privada Coba Angola	04/06/2020	Solicitou documentos	Aguardamos contributos
Não relevante	Aguarda	Shen Yunjing	CWE Angola Branch	05/06/2020	Solicitou documentos	Aguardamos contributos
Relevante	Comentários de carácter geral com especial incidência para a necessidade de mecanismos de compensações pela perda de bens e	José Maria Tavares da Silva	Empresa privada MISA	05/06/2020	Abordou essencialmente a necessidade de manter as faixas de servidão limpas e isentas de construção, chamou a atenção para a necessidade de mecanismos compensatórios para a perda de bens e serviços	Respondeu-se com o agradecimento, e evidenciando que um dos instrumentos preparados é

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
	ou serviços					o QPR, que no âmbito da NAS 05 e atendendo a legislação nacional prevê-se procedimentos e de elegibilidade e mecanismos de compensações.
Relevante	Comentários pertinentes quer ao projecto quer aos instrumentos com sugestão de medidas complementares	João Costa	Estudante universitário angolano no Porto (Portugal)	12/06/2020	Aborda a importância do projecto abranger as cidades com maior potencial de desenvolvimento económico. QGAS reforça a importância de medidas de protecção ambiental e social por parte de instituições idóneas com o BM e AFD para reforçar lacunas na implementação da legislação nacional. MRR deverá ser acessível a todos, devem ser usados procedimentos e instrumentos que facilitem e promovam a fluidez de comunicação, estes deverão ser adaptados a cada uma das necessidades que vierem a serem verificadas. PEPI deverão ser garantidos todos os meios de modo a que as consultas sejam inclusivas e promovam a liberdade de expressão. PGMO reforça a necessidade de implementar o PSS e PGA, com especial destaque para a necessidade de banir o trabalho precário, exploração infantil, acidentes de trabalho, quanto ao PGA dá exemplos de obras que depois de terminadas afectam a paisagem por resíduos deixados que poderá comprometer o desenvolvimento turístico pretendido pelo Executivo Angolano. QPR necessidade de mecanismos de protecção dos grupos mais desfavorecidos que muitas vezes apenas são afectados pelo projecto e não beneficiados. ARAES/AS faz uma abordagem genérica com comparações à realidade mesmo no mundo ocidental, reforçando a necessidade de medidas mais incisivas dado a cultura predominantemente masculina generalizada no país.	Respondeu-se com agradecimento

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
Contributos recepcionados derivados de cartazes e pequenas reuniões com grupos para recolha						
Não relevante	Respostas genéricas ao questionário dirigido a cada instrumento e projecto	Luzia Dala Quissanga	Empresa de Águas e Saneamento do Cuanza Sul	08/06/2020	Concordou com a maioria do inquérito, não acrescentou qualquer comentário	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respostas genéricas ao questionário dirigido a cada instrumento e projecto	Mário Costa	Empresa privada Infortel	08/06/2020	Concordou com a maioria do inquérito, não acrescentou qualquer comentário	Respondeu-se com agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer aos instrumentos quer ao projecto	Julieta Esperança Joaquim	Trabalhadora independente	12/06/2020	Fez uma abordagem muito interessante sobre a necessidade de aumentar a abrangência do projecto a todo o território nacional, de modo a promover o desenvolvimento socioeconómico, e a controlar a poluição decorrente do uso de geradores. Sugerem mediadas drásticas para abusos sexuais de menores, como expulsão de violadores estrangeiros. Quanto ao PGMO aborda a necessidade de contratações imparciais. Quanto ao PEPI reforça a necessidade de auscultar todas as comunidades atendendo às suas necessidades específicas. Quanto ao QPR reforça a necessidade de não prejudicar grupos mais vulneráveis como idosos que vivem das lavras como meio de sustento, e muitas delas não dispõem de titularidade dos terrenos	Respondeu-se com um agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	António José	Comerciante	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	José Gabriel Fernandes	NPEGA-Núcleo de Pesquisa e Gestão de Educação Ambiental	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer aos instrumentos quer ao projecto	Mercedes Castillo	DNA (Direcção Nacional de Águas)	12/06/2020	Fez uma abordagem pertinente sobre a necessidade de haver outros projectos de modo a que a abrangência seja a nível nacional. Fez um comentário em relação aos preços das compensações	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer ao projecto e ao ARAES/AS	Teresa marimba Diniz	Domestica	12/06/2020	Fez uma abordagem sobre a necessidade de alargar a abrangência do projecto a outras províncias. Sugere que sempre que os agressores quer de violência de género quer de abusos sexuais fossem estrangeiros deveriam ser expulsos do país	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer ao projecto, ARAES/AS ao PGMO e Pepi	Ivanilson Francisco	Trabalhador independente	12/06/2020	Faz uma abordagem sobre a necessidade de alargar a abrangência do projecto, sobre a necessidade de auscultar todos os intervenientes do projecto quer sejam beneficiários, quer sejam afectados pelo projecto. Quanto aos abusos sexuais e violência sugere que se tomem medidas mais drásticas, a nível das autoridades que passariam pela expulsão dos agressores estrangeiros	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer ao projecto, QGAS e pontos focais	Telma Neto	Comerciante	12/06/2020	Faz uma abordagem sobre a necessidade de para a necessidade de implementação do plano d egestão de resíduos e reforça a necessidade de integrar um ponto focal por parte das comunidades	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes quer a nível do projecto em geral quer a nível do instrumento ARAES/AS	Anara Sertigano	Comerciante	12/06/2020	Faz uma abordagem em relação ao projecto que deverá ser acompanhado ao incentivo do investimento privado, quanto à violência baseada no Género sugere a aplicação das medidas da OMA	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários gerais ao projecto e necessidades de auscultação das comunidades	Giovana pinto Leite	Fundação Cultural RCR	12/06/2020	Faz uma abordagem positiva ao projecto, no seu todo frisando a necessidade de incentivar o investimento privado em detrimento da dependência do petróleo, Um outro contributo vai para a necessidade de ouvir o povo nas decisões do projecto	Respondeu-se com um agradecimento
Relevante	Comentários pertinentes ao projecto e a alguns instrumentos	Maria Amélia de Jesus da Silva	Reformada	12/06/2020	Sugere uma abrangência do projecto mais alargada de forma a potencializar o desenvolvimento económico e diminuir a pressão orçamental sobre os recursos naturais. Quanto ao QGAS o comentário é a favor das medidas apontadas e outras que visem a protecção ambiental e social do país, Quanto MRR sugere a criação de comités de auscultação junto das comunidades de modo a facilitar a fluidez de comunicação, devendo ser acautelados todos os meios necessários. Quanto PGMO	Respondeu-se com um agradecimento

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
					reforça a necessidade de envolver o INAD nas acções de sensibilização aos trabalhadores a fim de evitar ainda tantos acidentes decorrentes de deslocações de minas em períodos de chuvas.	
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Augina Castelo	Enfermeira	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Flávio Solar	Empresa privada DAR Angola	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Relevante	Respondeu ao questionário sobre o projecto e instrumentos dando um comentário em relação ao QPR	Paulo Cabonda	Direcção Nacional de Águas	11/06/2020	A abordagem ao QPR foi no sentido de que se o pagamento das possíveis compensações for da responsabilidade do Mutuário (MINEA/GoA) poderá atrasar a implementação do projecto	Respondeu-se com um agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Jéssica Fernandes	Jornalista	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Mariano Kalengue	Polícia Nacional	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Olívio Gambo	OMS	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Idalina Tamara Arão	MINEA	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Ana Rosa Moutinho	Publico	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Maria Helena Conceição	Domestica	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Maria de Fátima	Domestica	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Londrina Manuel da Conceição	Domestica	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	José Gabriel Cadeti	Estudante	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Maria da Conceição Fernando	Comerciante	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	António José	Comerciante	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Jumirti Francisco	Estudante	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento
Não relevante	Respondeu ao questionário dirigido ao projecto e instrumentos sem qualquer comentário adicional	Alcino Chibumgule	Serviço de Emigração e Fronteiras	11/06/2020	Fez uma abordagem genérica ao projecto e aos instrumentos através da resposta ao questionário dirigido, concordando com os procedimentos e instrumentos de uma forma geral sem proferir um comentário ou sugestão adicional	Respondeu-se com agradecimento

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Casemiro Mota Paluta	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Moisés Cuvinga	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Alexandre Cornélio	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Venância Eyala Ngunda	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Neusa Machico	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Aristides Kandimba	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Ludovina Marques	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de carácter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Maurio Firmino Gonçalves	Comerciante	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de	Ivone Nogueira	Comerciante	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos

Grau de relevância dos contributos para dos instrumentos de projecto	Preceitos do projecto de instrução submetidos a consulta	Autores de contributos	Entidade/organismo que representa	Data de recepção de contributos	Sumário dos contributos	Respostas por parte do Projecto
	caracter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc					
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de caracter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Albertino Salpalo	Estudante	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de caracter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Joel Santos	Estudante	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos
Pouco relevante para o âmbito da consulta	Resposta ao questionário com algumas observações no campo de comentários, mas muitas desconectadas com o âmbito e de caracter de preocupação sobre emprego, custo da electricidade, etc	Lilunga Moisés	Trabalhador independente	11/06/2020	Respostas ao questionário, no entanto os comentários foram pouco incisivos sobre os instrumentos e sobre o projecto. Os comentários foram do fórum de preocupação com a empregabilidade, custo da electricidade, etc.	Respondeu-se com agradecimentos

